



Mais de quatro centenas de delegados participaram na assembleia de organização de Beja

REFORMA AGRÁRIA RESISTE

As assembleias das organizações do PCP de Avis e Beja, em que participou o secretário-geral do Partido, foram importantes manifestações do crescimento e influência do PCP e da determinação do povo alentejano na defesa da Reforma Agrária — Pág. 6

O Governo precisa de espiões

PS e PPD desmascaram-se na Assembleia da República quanto aos objectivos dos serviços de informações — Pág. 3

Suplemento 7

O
SPECIAL
FRIEND



S. PEDRO DA COVA
TEM UMA MINA
QUE NÃO DÁ CARVÃO...
...VOTOS!

TEMPO DE ANTENA DO PCP NA RTP/1

sexta-feira, depois do telejornal

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO

Agenda nas páginas centrais e artigo no Suplemento

COMÍCIO EM ALCOBAÇA COM ÁLVARO CUNHAL • AMANHÃ, ÀS 21.30 NO CINE-TEATRO



Pág. 3

Milhares de agricultores concentraram-se frente ao edifício da Gomes Teixeira — onde ninguém os recebeu

CINCO MIL AGRICULTORES MANIFESTAM-SE EM LISBOA



O Pavilhão dos Desportos de Lisboa encheu-se para o comício da passada quinta-feira

ÁLVARO CUNHAL NO COMÍCIO DO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

« Governo PS/PSD tem os dias contados »

Pág. 4

SEMANA

14

Quarta-feira



De novo a repressão

Os trabalhadores da Sorefame são selvaticamente espancados pela polícia de intervenção quando se dirigiam ao Instituto de Investimentos e Participações do Estado, onde pretendiam debater a situação da empresa e o pagamento dos salários em atraso ■ A Associação de Imprensa Diária decide aumentar o preço dos jornais para 30\$00, a partir de 1 de Abril ■ Jornalistas portugueses decidem criar um movimento «politicamente não alinhado, de jornalistas pela paz, contra a ameaça de guerra nuclear» ■ Mário Soares é recebido por Reagan na Casa Branca e janta com Frank Carlucci, director-adjunto da CIA ■ O nono aniversário da nacionalização da banca e seguros é comemorado em Lisboa com uma jornada de luta em defesa daqueles sectores ■ O governo da Nicarágua decreta o estado de vigilância revolucionária, reagindo ao anúncio da concentração de tropas dos EUA nas águas das Honduras ■ Os dirigentes libaneses reunidos em Lausana chegam a um acordo de princípio sobre a formação de um governo de união nacional.

15

Quinta-feira

Os trabalhadores da Sorefame conquistam uma importante vitória ao conseguir que a administração da empresa lhes pague parte dos salários em atraso ■ O PR chega à República Popular do Congo ■ Num comício promovido pela DORL do PCP, Alvaro Cunhal divulga um manifesto aprovado pelo CC em que se apela à mobilização das massas populares para a luta pela demissão do Governo PS/PSD e à unidade dos democratas e patriotas ■ O Governo solicita à AR autorização legislativa para «regular» os direitos das cidadãs ■ O ministro das Finanças é autorizado a contrair novo empréstimo de cem milhões de dólares junto dos EUA ■ O senado argentino rejeita a proposta governamental de lei de reforma sindical ■ O governo da Colúmbia decreta o estado de sítio no sul do país, na sequência de um ataque do movimento guerrilheiro M-19 ■ É confirmado oficialmente que o ex-primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Vitor Saúde Maria, se encontra refugiado na embaixada de Portugal na capital guineense.

16

Sexta-feira

O Tribunal Constitucional pronuncia-se pela constitucionalidade da lei sobre a despenalização do aborto ■ Militares de trabalhadores manifestaram-se na Amadora em protesto contra «a violência fascista da polícia de choque a mando do Governo»; a concentração foi precedida de paralisações simbólicas nas empresas do concelho, em solidariedade com os trabalhadores da Sorefame ■ Os trabalhadores da Transtejo, CP e Metro paralisam durante 24 horas, em luta por aumentos salariais e manutenção de regalias sociais ■ A organização terrorista FP-25 reivindica três atentados bombistas registados em Cascais, Beja e Algarve, «dedicando-os» à Reforma Agrária; os organismos representativos dos trabalhadores da RA repudiaram os atentados, considerando as FP-25 «instrumentos da direita e da reacção» ■ As forças armadas do Sudão entram em estado de alerta, após o ataque de um avião desconhecido ■ É rapto em Beirute o adido político da embaixada norte-americana naquela cidade ■ É assinado na fronteira do Nkomati o acordo de não agressão entre Moçambique e a África do Sul ■ Parte para Cuba em visita de amizade e trabalho o presidente angolano José Eduardo dos Santos.

17

Sábado

O Presidente da República regressa a Lisboa após uma visita a São Tomé e Príncipe, Zaire e Congo ■ A luta pela paz e o desarmamento é tema de um seminário no Porto, em que participa Sílas Cerqueira do Conselho Português para a Paz e Cooperação e do Conselho Mundial da Paz ■ Chega a Lisboa o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, que se manifesta surpreso por Portugal ter concedido asilo ao ex-primeiro-ministro Saúde Maria ■ Samora Machel afirma em Maputo que o acordo com a África do Sul não implica «a coexistência política e ideológica entre os dois países» ■ As forças de direita libanesas voltam a quebrar o cessar-fogo em Beirute, enquanto na Suíça prosseguem com dificuldade os trabalhos de reconciliação do Líbano ■ O Egipto afirma-se disposto a «apoiar e defender o Sudão de qualquer agressão»; as autoridades sudanesas atribuíram o ataque a uma cidade do sul do país, por um avião desconhecido, à Líbia.

18

Domingo



Alvaro Cunhal

A CGTP-IN denuncia que mais de 75 por cento dos medicamentos compartidos pelo Estado sofreram desde o passageiro 1 de Março aumentos brutais de preços ■ O secretário-geral do PCP participa em dois comícios em Avis e Beja, onde o tema central foi a Reforma Agrária e o seu significado político, económico e social ■ É anunciado em conferência de imprensa realizada em Évora que o Governo autorizou o funcionamento de um novo emissor privado naquela cidade, ligado à Rádio Renascença ■ O presidente da Guiné-Bissau anuncia em Cabo Verde que os chefes de Estado dos cinco países de expressão portuguesa se vão reunir em breve em Luanda ■ O SPD obtém vitórias em eleições locais na Baviera, feudo tradicional do nazi Strauss que lidera os cristãos sociais da RFA naquela região ■ É anunciado no Brasil que 72 camponeses foram mortos o ano passado em consequência de conflitos pela posse da terra.

19

Segunda-feira



O amigo de Reagan

protestam em Lisboa contra a ruína política agrícola praticada pelo Governo PS/PSD ■ O EMGFA informa que a NATO vai realizar exercícios no Atlântico Norte e no Canal da Mancha, entre 2 e 13 de Abril, em que participam forças portuguesas ■ Começa em Bruxelas nova cimeira da CEE ■ As tropas das Honduras e dos EUA entram em «alerta máximo», na sequência de exercícios conjuntos a decorrer desde Agosto e cujo objectivo é intimidar a Nicarágua e El Salvador e eventualmente preparar uma invasão daqueles países.

20

Terça-feira

Por ordem do ministro da Administração Interna, um contingente da polícia de intervenção da PSP cerca a Câmara de Loures, alegadamente para «proteger» os vereadores do PS, PSD e CDS numa sessão pública daquela órgão autárquico: Severiano Falcão, presidente do município, classificou o facto de inqualificável e inconcebível no Portugal democrático, pelo que os eleitos da APU se recusaram a participar na reunião até à retirada das forças policiais ■ A CGTP-IN anuncia que vai apresentar queixas-crime contra o ministro do Trabalho e o Inspector-Geral do Trabalho, bem como apresentar queixas à OIT por violações de convenções ratificadas por Portugal ■ Fracassa em Bruxelas a cimeira da CEE ■ É libertado o dirigente uruguaio Liber Seregni ■ Termina a Conferência de Reconciliação libanesa em Lausana.

Editorial

POR UMA CAMPANHA POLÍTICA DE MASSAS

No momento português actual multiplicam-se factores de instabilidade e de crise saídos dos actos e da política de um Governo que perdeu todos os vínculos com a realidade nacional concreta e com os problemas e interesses populares profundos.

Mudar de política e de governo, viabilizar uma alternativa democrática, tornou-se uma questão inadiável para o povo português.

Acumulam-se perigos. A situação dos trabalhadores e do povo tornou-se insustentável. O panorama económico e social deteriora-se de maneira acelerada.

É preciso travar a rota do descabalo. Na rampa de destruição cavada pela política antinacional do Governo Soares/Mota Pinto é necessário e urgente erguer uma barreira e dizer: «Basta!», é imperioso inflectir o caminho e abrir decididamente a via para soluções democráticas de autêntica salvação nacional.

Vai sendo tempo de remover uma clique governante que age objectivamente contra o povo e o País.

Trata-se de uma tarefa patriótica que toca a todos os portugueses patriotas onde quer que política e socialmente se situem. Tudo isso é necessariamente secundário face à natureza dos problemas que enfrentamos.

Trata-se também de uma tarefa eminentemente democrática que se impõe ser resolvida — e pode sê-lo — no quadro das instituições actuais.

Os acontecimentos dos últimos dias incitam naturalmente à reflexão. Mas também, imperiosamente, à acção.

Alguns desses acontecimentos não se ajustam a qualquer concepção rotineira da crise. São passos significativos de uma nova fase da ofensiva da contra-revolução cujo objectivo, denunciado na última reunião plenária do Comité Central do PCP, é a reconstituição acelerada do poder económico e político dos monopólios associados ao imperialismo e dos latifundiários.

A visita recente de Mário Soares aos Estados Unidos e a natureza dos compromissos assumidos com a Administração Reagan — ainda insuficientemente conhecidos em toda a sua extensão pelo povo português —, põem em grave risco a nossa integridade e soberania e a própria independência nacional.

Paralelamente proliferam focos fascizantes na sociedade portuguesa ateados pela política do Governo. As justas reclamações populares de trabalhadores golpeados pelo desemprego, pelos salários em atraso, pela subida em flecha do custo de vida e a quebra cada vez mais acentuada do seu poder de compra, pela ameaça, que já se corporiza visivelmente, de miséria e fome em muitos milhares de lares portugueses, o Governo responde com a repressão violenta, com os bastões e as balas da polícia de intervenção, com novas medidas e leis antioperárias.

Aos agricultores pequenos e médios que reclamam preços compensadores para os seus produtos, pagamento de subsídios em atraso, apoio financeiro, medidas e indemnizações contra as pragas e doenças dos gados, reabertura das feiras de gado, baixa do custo dos factores de produção, o Governo responde com novos agravamentos, com o envilecimento dos preços ao produtor, com importações ruinosas de produtos agrícolas impeditivos do escoamento da produção nacional, com o esbulhamento e a penhora de bens, com a recusa ao diálogo e o bater de porta na cara a milhares de agricultores que pediam para ser ouvidos — como na última segunda-feira — pelo poder executivo.

A visita de Mário Soares aos Estados Unidos e os compromissos já conhecidos e assumidos no plano económico e militar com os imperialistas norte-americanos, assumem extrema gravidade para o futuro do nosso país.

O Primeiro-Ministro português foi a Washington «abrir as portas» de Portugal aos interesses da alta

finança e dos grupos multinacionais dos Estados Unidos e pôr o País de cócoras e em almoeda a troco de novas e inadmissíveis sujeições aos objectivos económicos e estratégicos do imperialismo americano.

Mário Soares fez lembrar os Somosa, os Trujillo, os Duvalier e outros titeres sul-americanos que mercadejavam os interesses dos seus países a troco do apoio dos Estados Unidos contra os respectivos povos.

Vê-se hoje melhor todo o alcance da «abertura à iniciativa privada» na banca, nos seguros, nos cimentos e nos adubos, imposta pela coligação governante. A reconstituição acelerada dos monopólios em Portugal tem agora uma componente estrangeira dominante em estreita associação com os antigos monopolistas e banqueiros portugueses expropriados pelo 25 de Abril.

Soares negociou com os Rockefeller, com os magnatas da ITT e do Chase Bank, associados no passado fascista na banca, nos negócios e nos interesses coloniais, aos Espírito Santo, negociou com o grupo Morgan, associado agora aos Mellos da antiga CUF na M-D-M (Morgan, Deutschbank e Mellos) que detém já em Portugal dezenas de empresas, compradas ao desbarato ao IPE umas, com títulos das indemnizações congeladas pela Revolução, outras.

Soares, com o antigo ministro fascista e agora elemento destacado do seu partido, Veiga Simão, e com o ex-ministro da «AD», Alvaro Barreto, entrou em compromissos contra o sector público e nacionalizado que o povo português tem o direito de conhecer e o dever de contestar. Portugal, pela iniciativa de Soares, inscreveu-se como escoadouro dos excedentes americanos contra os produtores nacionais, como é o caso dos cereais, cujo comércio exclusivo foi há pouco retirado à EPAC e passado para o grupo Dreyfus.

Seria interessante saber se Mário Soares, como constou, teria ficado «doente» para justificar a não prestação de contas ao Presidente da República da sua viagem aos Estados Unidos quando no mesmo dia apareceu de boa saúde nos «ecrãs» da TV a discursar na posse do chamado Conselho de Concertação Social — um instrumento necessário dos seus conluís e da sua política de reconstituição dos monopólios contra o movimento operário.

Inqualificável atentado ao Poder Local democrático com a mobilização de um forte contingente da polícia de choque em torno da Câmara Municipal de Loures, de maioria APU, que efectuava uma reunião normal, mas que iria ser objecto de contestação e perturbação por eleitos do PS e da antiga «AD» em questões de grande importância para o futuro imediato dos trabalhadores da autarquia, é um rasgo antidemocrático, de natureza fascizante ordenado pelo ministro da Administração Interna que merece o repúdio de todos os portugueses e democratas.

Este atentado deve associar-se às cargas da polícia de intervenção contra os trabalhadores da indústria naval na Ponte 25 de Abril, contra os trabalhadores da Sorefame na Avenida da Liberdade e contra os operários viadros da Marinha Grande que reclamavam o pagamento dos salários em atraso.

Deve também associar-se à aprovação com carácter urgente pedida pelo Governo na Assembleia da República para a criação de três novos serviços de informação, virados claramente não para a repressão da criminalidade e da marginalidade, mas para a repressão do movimento operário, popular e democrático.

Necessariamente, este é o caldo de cultura para novos atentados contra os direitos e liberdades dos cidadãos e dos trabalhadores congeminações nos antros da contra-revolução e que, no momento actual, aparecem sob a exigência de uma nova revisão da Constituição, reclamada pelo CDS, acolhida abertamente pelo PSD e vista com indistincta simpatia pelos elementos soaistas do PS, a qual teria por objecto «desmantelar» na própria Constituição da República as conquistas democráticas fundamentais da Revolução — as nacionalizações e a Reforma Agrária e ainda o sistema eleitoral.

31 de Março no Porto

Marchas pelo pão pelo trabalho, contra a carestia

Na sequência de uma decisão do Plenário de Sindicatos do Distrito do Porto, realizado recentemente, e contando já com a adesão de 46 sindicatos do distrito e de numerosas outras estruturas (Comissões de Trabalhadores, CUMs, estruturas de reformados, de jovens, Associações de Moradores) têm lugar no sábado dia 31 de Março as marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia.

Estas marchas, que partirão da Praça da Corujeira, no Porto, às 15 horas, do Largo do Carvalhido, no Porto, às 15 e 30 e da Praceta 25 de Abril, em Vila Nova de Gaia, às 15 e 30, vão convergir cerca das 17 horas na Praça da Liberdade.

Desporto: corrida da Primavera, ciclismo, futebol de sete, demonstração de ginástica, simultânea de xadrez, torneio de damas, ténis de mesa e chiniquito.

Dos espectáculos podemos adiantar a presença de: Grupo Jornada, José Jorge Letria, Maria Dulce, Grupo «Guird», Rão Kyao, Ranchos Folclóricos da Chamusca, Avenida de Santarém, Infantil da Ribeira de Santarém são alguns dos que participarão em desfile pela cidade, culminando com um grande espectáculo de folclore.

Proximamente divulgaremos mais alguns dos artistas e grupos que animarão os espectáculos da Festa da Primavera: música popular portuguesa, fado e folclore, rock, jazz. E falaremos do que vai ser o espaço da criança.

Rendas de casa: o que é que nos preparam?

A SIP da DORL promove esta noite, no CT Vitória, mais um dos seus habituais debates de quinta-feira — hoje sobre o aumento das rendas de casa, que o Governo já decidiu e agora pretende «legitimar» através de (mais) um falso «debate público». Trata-se, no entanto, do algo que o PS/PSD tudo fará para que nos entre brutalmente casas adentro. Pelo que, para perceber, discutir e poder tomar activamente partido pelos interesses da população, bom será ir até ao Centro de Trabalho Vitória onde, para ajudar, estarão José Godinho, presidente da Associação dos Inquilinos Lisboenses, e o economista Octávio Teixeira, deputado do PCP.

Na Brandoa também se procura a resposta

Trata-se de discutir o mesmo tema, mas amanhã e no Pavilhão Polivalente, a partir das 21 e 30. O debate é aqui promovido pela Assembleia de Freguesia, cujo presidente estará presente, assim como o presidente da Junta e ainda o presidente da Câmara Municipal da Amadora. Participam também dirigentes da Associação dos Inquilinos Lisboenses.

Alqueva — pelo Alentejo e pelo País

A iniciativa é da Comissão de defesa do Alqueva, que —

construção civil, panificação, indústria açucareira e bancários), contra a repressão (Jacinto), contra os salários em atraso, pela defesa do sector público, com a luta dos professores, etc.

Entretanto, as marchas estão a ser intensamente preparadas no sentido da mobilização dos trabalhadores e da população, tendo sido já afixada e distribuída propaganda (cartazes, panos, cenários, documentos da USP, milhares de tarjetas, documentos de sindicatos e, de outras estruturas), realizadas diversas reuniões de activistas sindicais e do Conselho Geral da USP. Um vasto plano

de plenários, «meetings» e reuniões a nível de empresas está ainda previsto. Os preparativos para o arranque de cada uma das marchas, a sua animação, os distícos, os panos de presença, etc., estão já também em discussão.

Esta será mais uma jornada de luta, no sentido de travar a política de liquidação das conquistas do 25 de Abril e de abrir, com uma nova política e um novo governo, o caminho à resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do País.

Com os mesmos objectivos, realizar-se-ão no mesmo dia concentrações de trabalhadores em Amarante e Felgueiras.

DIVULGA O
Avante!
NO TEU LOCAL DE TRABALHO



PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos 6-B
1100 Lisboa Tel. 776936/776750
Porto — Rua do Almada 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia 27
Venda Nova 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem média do mês de Fevereiro 45 900

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1699 - Lisboa Codex Tel. 769725
ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CUP Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 2.º 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Bairo 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda 578 - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

Assembleia da República

Urgência em voltar ao passado

Sob o signo da vontade repressiva do Governo e da maioria decorreram os últimos dias da semana passada na Assembleia da República. Discutiu-se e votou-se a urgência solicitada pelo executivo de uma proposta de lei visando criar serviços de informação. Com Eduardo Pereira na bancada do Governo, no dia seguinte à carga da polícia de intervenção sobre os trabalhadores da Sorefame, o debate teve naturalmente de abordar esta questão. Em termos de repúdio por parte dos deputados da esquerda. Em termos de aplauso à repressão por parte de todos os outros. Por fim, a urgência, justificada a preceito e à moda antiga, foi votada favoravelmente pelos partidos que mostram querer a volta de um clima de violência contra os trabalhadores, de suspeição e denúncia na vida democrática com a criação de serviços de «informação». A proposta do Governo foi ontem a plenário. Com pressa. Porquê a urgência?

O período de antes da Ordem do Dia de quinta-feira passada foi ocupado por perguntas antigas que haviam sido agendadas na bicha de espera. E por uma intervenção de Magalhães Mota, da ASDI, que falou da defesa do consumidor. Alguns «observadores» perguntavam-se sobre a oportunidade de tal defesa. Os consumidores consomem? A defesa do consumidor nestes tempos das vacas magras para a maioria dos portugueses não passara pela simples defesa do poder de compra?

O PCP requereu então o prolongamento do período a fim de poder apresentar um voto entregue na mesa, protestando contra a brutal operação policial desencadeada na véspera sobre os trabalhadores da Sorefame. Era um voto oportuno. Mas assim o não entenderam os partidos da maioria que impediram, com o CDS, a apreciação do voto. Um tal Paulo Barral, do PS, que tem dado mostras de anticomunismo primário de todas as vezes que abre a boca, chegou ao cúmulo de afirmar que o voto do PCP era não apenas «irrealista» como «ilegal!». Não via razão, disse, para a Câmara «se sítue numa estratégia de instabilidade provocada pelo PCP»...

Mas se o voto não entrou no debate, a matéria do mesmo não seria escamoteada pela capa de silêncio que PS e PSD queriam deitar-lhe em cima. O protesto, mesmo sem o voto, ficou, contra a acção policial caracterizada, como refere o texto do PCP «pelo desmedido aparato, pelo ataque de surpresa, pelo uso de táticas de encerramento de cidadãos, pela agressão física directa, pela brutalidade, pela perseguição individual de cidadãos de forma indiscriminada que não poupou idosos, crianças e mesmo mulheres grávidas».

«O que se passou na Avenida da Liberdade», diz ainda o texto do voto entregue pelo PCP na AR, «traz à memória inevitavelmente o que contra a liberdade nela se passava antes do 25 de Abril, os tempos em que a fome e à miséria do povo se respondia com a repressão fascista, com a polícia de choque!»

«A acção policial agora realizada é fruto das concepções e dos métodos que têm conduzido a uma escalada repressiva desenvolvida nos últimos meses contra os que no exercício dos seus direitos, buscam res-

Após uma rápida volta ao debate do «processo especial» da revisão do Regimento, «revisão afuniladora» como lhe chamou Jorge Lemos, tendo sido votadas as últimas disposições que reuniram os votos favoráveis de todos menos os do PCP e do MDP, entrou-se na questão do processo de urgência. Eduardo Pereira produziu uma breve alocução. Breve mas nem por isso destituída de significado, um significado grave. Tratava-se, para o ministro que sucedeu a Ângelo Correia — e que o ultrapassou pela direita! — de justificar a urgência.

«Tranquilizar»

Começou por dizer que tal constituía uma promessa do programa do Governo. E as outras promessas? Depois aduziu mais uma «razão».

«Com efeito, quer a frequência com que certos actos se vêm a desenrolar, quer um sentimento generalizado que se instalou entre a população pelos indícios verificados apontam o ano de 1984, quer no calendário internacional, quer na agenda nacional, como um ano de frequentes atentados terroristas, para além de um ano de aumento da criminalidade»...

As «informações» de que o ministro dispõe — sem serviços de informações! — permitem-lhe prever obscuras tramas: «certas acções que possam vir a atentar contra a legalidade democrática, contra a Constituição da República, que possam pôr em risco portanto a segurança do Estado, que possam atentar contra a Defesa Nacional e contra o normal desempenho das missões das Forças Armadas»...

tem hoje em Portugal, serviços que o ministro silenciou, tal como escamoteou a questão das garantias dos cidadãos face aos serviços que o Governo pretende agora criar. Finalmente acentuou a «preocupação policial do Governo» de novo demonstrada, relacionando-a com as frescas cenas repressivas da véspera.

João Amaral pôs em relevo o facto de se não apresentar nitida a fronteira entre «atentados contra a legalidade democrática» e a «Defesa Nacional» no discurso produzido pelo ministro. E sublinhou também o facto de a proposta de lei sobre «serviços de informação» aparecer separadamente da anunciada sobre «segurança interna». Aludindo às promessas do Governo sublinhou que nada sobre a matéria fora adiantado, ao passo que muitas outras promessas haviam

O ministro perdeu a cabeça nas respostas. Depois de ter tentado escurar-se atrás do argumento de que apenas interessava discutir a urgência e abstendo-se de responder às perguntas directas, não se conteve em dar a sua versão do que se passara na Avenida da Liberdade. Justificando a fúria da carga policial, referiu-se a acontecimentos de dois dias antes na Amadora e, exaltadamente, acusou «um grupo de arruaceiros em número de cerca de cem, alguns dos quais foram identificados como elementos de estruturas locais do PCP» e que teriam «entrado na Amadora para agredir trabalhadores membros de uma central sindical democrática»...

Cassetetes em vez de flores

Quanto a feridos na avenida não havia. «Aparte», afirmou o ministro, «uma senhora grávida que está assim há dois ou três anos porque entra em todas as manifestações e comícios, e quatro pessoas que entraram no Hospital de S. José» não teria havido mais feridos.

Grande alarido de aplausos, dos frenéticos deputados do PS que se sentam nas filas de trás, do PSD e do CDS, abalou o homicídio. «Só faltava dizer», ironizou Jerónimo de Sousa, «que os polícias de intervenção em vez de cassetetes levavam flores». O ministro, descendo ao nível do Ângelo da insurreição dos pregos, respondeu acusando misteriosas personagens de fazer circular panfletos apelando aos trabalhadores «para levar físgas com esferas de aço» e outros objectos de grande perigo. A insurreição dos pregos junta-se a insurreição das físgas.

Depois desculpou a administração da Sorefame. Afinal de contas só era devido o salário de Fevereiro... Sendo assim, e havendo a promessa de tudo vir a ser pago, se os trabalhadores vieram para a rua «talvez não mereçam flores».

Mas voltou-se à questão da urgência no serviço de informações. Um protesto de Lino Lima encerraria a primeira parte deste debate. Com um aviso:

«Lembro-lhes, senhores deputados, que Pina Manique perseguiu os liberais, mas os liberais venceram e o Pina Manique ficou como um escarvo na nossa História; o fascismo e a Pide perseguiram os democratas, mas os democratas venceram e o fascismo e a Pide ficaram como um escarvo na nossa História. Pois bem, eu faço votos para que os senhores, com este diploma, não estejam a construir um edifício que seja um novo escarvo na nossa História. Mas, se o construírem, também lhes digo: da nossa parte há a certeza absoluta de que nós é que venceremos.»



Três razões

Durante o debate da «urgência» da proposta de lei que visa criar serviços de informação — proposta que só ontem foi a plenário — o deputado João Amaral produziu uma intervenção em que, sublinhando as razões que o PCP apontava para que nada pudesse justificar uma limitação ao debate, se pronunciava sobre o próprio conteúdo da iniciativa do Governo. Aqui reproduzimos excertos das três razões apresentadas:

PRIMEIRA: A natureza de toda a questão, que envolve ao fim e ao cabo uma reflexão sobre as forças de segurança em Portugal, sobre o enquadramento e linhas de defesa do regime democrático e sobre os sistemas de garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Não são questões de movernor, Srs. Deputados! São questões centrais que tocam particularmente o País e os portugueses que conheceram o Estado fascista e policial de Salazar e Caetano, as redes de informadores, os «bufos» colocados nas empresas, nos escritórios e nas ruas, a devassa da vida privada, a denúncia e a calúnia!

(...)

E não se diga que não há cuidados especiais a ter, quando se vive e porque se vive em democracia. É aí, precisamente em democracia, que há que ponderar, garantir, definir correctamente e limitar. Os serviços de informação por si só, são atreitos a todo o tipo de desvios. Não controlados e não limitados, transformam-se em monstros que se alimentam das próprias linhas de defesa do regime democrático. É ver o que se passou recentemente em Espanha, onde ficou publicamente provado que os serviços de informação por um lado tinham conhecimento da acção dos golpistas do 23 de Fevereiro (deixando correr e nada informando as autoridades), e ao mesmo tempo faziam escutas, pasme-se, no próprio Gabinete do primeiro-ministro!

SEGUNDA: a segunda ordem de razões prende-se com a própria história parlamentar desta iniciativa.

A Proposta n.º 55/III baixou à Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias e Assentos Constitucionais e à Comissão de Defesa Nacional.

Esta última Comissão iniciou já um processo de análise cuidada e detalhada da Proposta.

Um representante da bancada governamental fez-lhe profundas críticas. Foram, na Comissão, acentuados aspectos que são óbvios e transparentes.

- Assim:
- Completa e ostensiva imprecisão de terminologia, quer na definição dos conceitos, quer dos objectivos, quer dos limites. Exemplo disso é a confusão estabelecida entre os conceitos de defesa e de segurança como foi salientado na Comissão de Defesa.
 - Proliferação de serviços de informações, com centralização de dependências.
 - Confusão com funções policiais, apontando para uma ligação não delimitada dos serviços de informação e dos polícias de investigação criminal.
 - Completa indefinição das regras relativas aos agentes dos serviços de informações (nada sobre quadros, nada sobre acesso, nada sobre estatuto).
 - Confusão com as funções jurisdicionais, de tutela da legalidade democrática.
 - Ausência de medidas de garantia dos cidadãos.

Estes seis pontos de crítica levaram um Deputado do PS, a afirmar que a proposta necessitava de uma reformulação total. Sublinho: total!

(...) **TERCEIRA:** Uma terceira ordem de razões aponta para que não se possa deixar de considerar com espanto este pedido de adopção de «processo de urgência».

É que, a partir de significativos documentos de trabalho e de declarações de conhecidos dirigentes do PS, parecia ter ficado claro que matéria desta natureza não deveria ser tocada sem amplo e aprofundado debate — incompreensível, como já disse, com as limitações decorrentes do denominado «processo de urgência».

Terra

Jornada de reclamação e protesto da lavoura Vieram de muito longe e queriam ser ouvidos

• Mais de cinco mil agricultores em Lisboa • Condenada política agrícola

Mais de cinco mil agricultores de todo o País deslocaram-se na passada segunda-feira a Lisboa, culminando uma jornada nacional de reclamação e protesto da lavoura. A iniciativa desta acção — unanimemente considerada como a maior mobilização de sempre dos agricultores — partiu da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e teve em vista alertar os órgãos de soberania e a opinião pública para os gravíssimos problemas com que se debate a nossa agricultura.

Na bagagem, aqueles homens e mulheres do campo traziam as preocupações da hora presente e as propostas que, em seu entender, a serem levadas em linha de conta resolveriam em grande medida as dificuldades mais sentidas pela lavoura.

Vieram de muito longe e queriam ser ouvidos. Queriam dialogar e dizer algumas verdades. Bem duras, umas, das que chocam e fazem abanar. Mas, mais violenta ainda que as palavras é a realidade, a própria vida, que vai ficando insustentável. Por isso, directos, não tiveram pejo em afirmar: «a agricultura nacional está arruinada».

Isso mesmo ficou patente, aliás, ao longo das cerca de 20 intervenções proferidas da tribuna montada num palanque, mesmo em frente da sede do Governo, na Gomes Teixeira.

E se o Primeiro-Ministro uma vez mais deu provas do seu conceito de concertação, ao fechar as portas e fugir ao diálogo,

go, a verdade é que o eco do protesto popular não terá deixado de chegar aos gabinetes dos senhores ministros.

Durante perto de três horas foi possível pelas vozes dos oradores — em empolgantes discursos que evidenciaram um profundo conhecimento dos problemas locais e regionais — passar em revista a multiplicidade de questões com que se debatem os agricultores de Norte a Sul.

Dos produtores florestais do Centro aos orizicultores do Mondego, dos vitivinicultores do Douro aos produtores de gado espalhados pelo País ou aos compartidos dos baldios do Norte e Centro duas ideias dominaram a totalidade das alocuções: uma, é de que não se pode continuar a importar o que se pode produzir cá; a outra, é de que se a agricultura for apoiada e incentivada, estaremos em condições de produzir a nossa própria alimentação.



Partilhada por quantos ocupavam literalmente o vasto largo fronteiro ao edifício do Governo, esta exigência é tanto mais justa e legítima se pensarmos que Portugal importa mais de 100 milhões de contos em bens alimentares.

Mas para que este panorama se altere, conforme vários produtores fizeram questão de sublinhar, é absolutamente necessário que muita coisa mude. É de todo impossível pensar em desenvolver a agricultura ou modernizar o que quer que seja enquanto se registarem situações escandalosas como a do aumento em

Carlos Brito classificou a proposta de lei de «extremamente grave e de grande melindre», lembrando as dezenas de anos de espíes e bufos, de Estado policial no nosso país. E sublinhou não ser por acaso que tal proposta aparece «só agora», acusando o Governo de, com a urgência pedida, pretender um debate mutilado. Por outro lado, o dirigente comunista lembrou a proliferação de serviços de informação que existido esquecidas. Por exemplo, aquela anunciando que o executivo «combaterá o crime combatendo o desemprego»...

Jerónimo de Sousa, trazendo de novo ao discurso o caso da carga policial sobre os trabalhadores da Sorefame, afirmou: «Temos razões suficientes para desconfiar deste serviço de informações», recordando que, «ultimamente, as forças policiais têm actuado sempre contra os trabalhadores»...

Confrontados com esta situação, sem apoios e incentivos, sem condições de estabilidade, sem recursos financeiros, os agricultores vêm-se assim a braços com crescentes dificuldades e sentem-se incapazes de sustentar a quebra acentuada que se verifica na produção agrícola nacional.

Ora é justamente para que isso não aconteça, para que se proceda a uma rápida inversão nesta política agrícola que favorece exclusivamente os grandes proprietários e os agrários absentistas, que os agricultores se movimentam e, no início desta semana, em jornada de luta vieram a Lisboa.

E verdade se diga, não vieram debalde. Foi graças a esta poderosa mobilização que o Executivo, à última da hora, numa tentativa desesperada para desmobilizar os agricultores, tomou uma série de medidas que vêm ao encontro das reclamações insistentemente exigidas pela lavoura. Assim, atribuindo o atraso a erros de computador, o Ministério da Agricultura resolve efectuar o pagamento do subsídio de gás-sóleo; afirma querer pagar o subsídio do arroz e as indemnizações pela peripneumonia e fixa novos preços para os cereais.

A propósito desta jornada refere-se ainda a amplitude nacional que ela assumiu, com a presença de agricultores de todos os distritos do continente, facto só possível devido à natureza e à expressão nacional da própria CNA que se afirma cada vez mais junto dos agricultores como a única organização verdadeiramente representativa dos seus mais pro-

fundos e legítimos interesses. Numa altura em que a agricultura está sem dinheiro e vive com sacrifícios, o facto de muitos participantes — os provenientes de locais mais longínquos — terem pago o seu bilhete por inteiro, chegando mesmo alguns a pagar mil e quinhentos e até dois mil escu-

dos, constitui, igualmente, um dado cheio de significado, que revela bem a combatividade existente, especialmente se nos lembrarmos da forma como se despediram de Lisboa em documento dirigido à sua população: «queremos produzir, voltaremos se for preciso!»

dos, constitui, igualmente, um dado cheio de significado, que revela bem a combatividade existente, especialmente se nos lembrarmos da forma como se despediram de Lisboa em documento dirigido à sua população: «queremos produzir, voltaremos se for preciso!»



PCP

1.ª Assembleia da Organização Distrital de Beja

Todos os problemas da região em análise na iniciativa do PCP

«Estruturar e alargar o Partido, pela Reforma Agrária, pela Paz, por Abril» — foi sob este lema que decorreu no último domingo a 1.ª Assembleia da Organização do Distrito de Beja do PCP, culminando «um longo e persistente trabalho» realizado nos últimos anos. «Acto de análise e reflexão crítica aos sucessos e insuficiências», como assinala a Resolução Política aprovada, esta Assembleia marcou «a entrada numa nova etapa da vida do nosso Partido no distrito».

Cerca de 400 delegados eleitos nas organizações nos 14 concelhos do mais extenso distrito do País (com os seus 10 278 quilómetros quadrados), e de acordo com uma proporção aproximada de um delegado por 30 militantes, estiveram reunidos durante todo o dia no salão dos Bombeiros Voluntários, na capital do Baixo Alentejo, numa atmosfera de activa participação e de empenhamento político.

Presentes na Mesa que presidiu aos trabalhos da Assembleia, além do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, e de António Gervásio, da Comissão Política do CC, Dina Sebastião, suplente da C. Política, Francisco Miguel, José Rita e António Murteira, do CC, Ana Benedita e José Cheira, suplentes do CC, camaradas de diversos organismos do Partido no distrito, operários, empregados, dirigentes distritais, concelhios e locais, membros de células de UCPs/Cooperativas e de empresas, professores e ainda responsáveis autárquicos, incluindo os presidentes das Câmaras Municipais de Beja, Aljustrel e Ferreira.

Na ordem de trabalhos aprovada figuravam dois pontos: a discussão e votação do Relatório de Actividades da C. Distrital e a eleição da sua nova composição, que passa a integrar 51 elementos, dos quais 26 são operários, 14 empregados, 7 intelectuais, um camponês e 3 do sector dos «diversos». Destes 51 elementos, 12 são mulheres. A C. Distrital foi eleita por unanimidade e os seus elementos pertencem aos seguintes escalões etários: 11 estão entre os 20 e os 30 anos, 20 entre os 30 e os 40 anos, 14 entre os 40 e os 50, com mais de 50 anos há 6 elementos.

No âmbito do 1.º ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia — que por diversas vezes recordou Catarina e o seu exemplo heróico — registou numerosas comunicações de delegados, tendo como traço característico o profundo conhecimento das realidades do distrito nas áreas políticas,

económicas, sociais e culturais, a sensibilidade na apreciação das deficiências orgânicas do Partido, a vontade de melhorar, alargar e reforçar o trabalho político e a organização.

A Reforma Agrária esteve naturalmente no centro das atenções. Foi denunciada a sistemática e criminosa ofensiva dos Governos da direita contra a mais bela conquista de Abril. Faz-se o ponto da situação. E apresentaram-se directrizes de luta concretas.

Outros temas sentidos directamente pela população do distrito — situação nas empresas, ensino, saúde e assistência, problemas da juventude e dos reformados, comunicações e transportes — mereceram tratamento cuidado, revelando em vários casos o domínio de conhecimentos técnicos em intervenções muito bem documentadas (foi o que sucedeu, por exemplo, na comunicação lida pelo camarada Carlos Alberto Sousa, médico no Hospital de Beja, que falou sobre Saúde).

Sem cair no exagero, podemos mesmo afirmar que tudo o que mais frontalmente diz respeito ao distrito de Beja esteve em debate dinâmico na Assembleia do Partido, a força política mais prestigiada e cada vez mais apoiada na região: das eleições para a A. Constituinte em 75 para o último acto eleitoral — Assembleia da República 1983 —, a Aliança Povo Unido, tendo como principal componente o PCP, passou de 50 149 votos (39,01%) para 56 986 votos (49,5%). Nas 14 câmaras do distrito, o PCP/APU é a força mais representada em 13, ocupando as respectivas presidências, estando o PS em maioria ape-

nas em Almodôvar. Nas 90 freguesias do distrito, a APU é maioritária em 73.

Além das intervenções apresentadas pelas Comissões Concelhias do Partido, a Assembleia registou as comunicações de representantes de várias células (Herdade da Abóbada, CTT, UCP «Murilha d'Aço», UCP «Terra de Catarina», Pirites Alentejanas, J. Pinto Caeiro, CP, CM de Beja, etc.), intervenções temáticas, nomeadamente sobre transportes rodoviários/RN, Saúde, Ensino, Banca, Deficientes, Sector Metalúrgico, Projecto do Alqueva, Reformados, Base Aérea n.º 11 e defesa da independência nacional, Organização Sindical e Movimento Sindical Unitário, Mulheres, actividades dos três deputados comunistas eleitos para a AR pelo círculo eleitoral de Beja, etc.

Os problemas das crianças, numa intervenção a propósito dos Pioneiros de Portugal, em que se enquadravam as necessidades do desenvolvimento da criança com a situação social

da política de direita dos sucessivos governos e que o Governo PS/PPD continua a praticar. É certo que já são oito anos de criminosos e brutais ataques contra as UCPs/Cooperativas, desde a tentativa de divisão dos trabalhadores até à repressão mais primária, passando pelos leilões de terras, as penhoras, etc. O nosso inimigo tudo faz para acabar com a Reforma Agrária.

Mas não o conseguiu. Apesar de muito ferida, a RA luta e resiste. Mantém de pé 87 UCPs/Cooperativas com uma área de 127 mil hectares, 3 mil postos de trabalho e todo um conjunto de estruturas económicas, sociais e culturais que comprovam as grandes potencialidades da Reforma Agrária (...)

Governo contra os agricultores

(...) A direita e o PS nos sucessivos governos têm feito várias tentativas para voltar os pequenos e médios agricultores contra os operários agricul-

namente pelos delegados foi enriquecida e alterada por numerosas contribuições dos militantes comunistas, tendo sido entretanto confiada à comissão de redacção a tarefa de melhorar a qualidade do texto, valorizando assim um importante documento do Partido, verdadeiro guia de acção dos militantes e organizações.

Depois de caracterizar geográfica, económica, social e politicamente o distrito, a Resolução aprovada (29 páginas) faz uma retrospectiva breve da luta na região pela independência nacional e pela democracia até ao 25 de Abril, e avança depois para os aspectos mais relevantes da situação no distrito pós-25 de Abril e para a situação concreta dos dias de hoje. A organização do Partido na região e as propostas da Assembleia para o distrito na base das conclusões do X Congresso do PCP, são os derradeiros capítulos do documento.

Na parte referente ao Partido, o documento caracteriza a situação, os aspectos positivos e as deficiências em cada área (quadros, trabalho de direcção, política de fundos, informação e propaganda, etc.) e logo de seguida apresenta directrizes e tarefas necessárias para o melhoramento e reforço da acção e do trabalho orgânico e da actividade geral do Partido.

Quanto às propostas para o distrito, a Resolução apresenta objectivos específicos «em defesa do desenvolvimento económico» da região: agricultura, funcionamento das herdades estatais, pequenos e médios agricultores, indústrias transformadoras, implementação da zona demarcada de Alentejo, Viçã e Cuba, perímetros de rega, projecto do Alqueva, caça, indústria extractiva, comerciantes e industriais, e movimento cooperativo. Mais adiante, aponta propostas para as áreas do Poder Local democrático, turismo, transportes, comunicação social, ensino, saúde, movimento popular de massas, movimento sindical unitário e CTs, movimentos das mulheres, reformados, juventude e deficientes e Pioneiros. A defesa dos valores culturais, a luta pela Paz, a unidade dos democratas e os traços fundamentais da política democrática alternativa à situação actual finalizam o texto da Resolução.

las, contra as UCPs e contra o nosso Partido. Fazendo campanhas demagógicas, que estão a «entregar» terra a agricultores, procurando esconder a sua política de destruição da RA. A verdade é outra: da terra arrancada pela força às UCPs/Cooperativas a parte de leão foi para os grandes agrários e só umas pequenas migalhas foram entregues a pequenos agricultores sem qualquer garantia. Da terra arrancada às UCPs/Cooperativas, 85 por cento foi entregue aos grandes agrários, 9 por cento a pessoas que nada têm a ver com a agricultura e 6 por cento a pequenos agricultores (...)

Como salientou o camarada Carreira Marques, da C. Distrital do Partido e presidente da CM de Beja, já na última sessão da Assembleia, a Resolução Política aprovada una-

11 528 + 1
Foi anunciado na 1.ª Assembleia dos comunistas de Beja que o Partido contava até aquele momento 11 528 militantes no distrito. No entanto, no decorrer dos trabalhos, esse número subiu mais uma unidade: o presidente da Câmara Municipal de Barrancos, democrata independente eleito pelas listas da APU, acabava de preencher a sua ficha de inscrição no Partido.

na região e as dificuldades económicas de numerosas famílias afectadas pelo desemprego; e as intervenções sobre política de quadros do Partido, sobre a Reforma Agrária e sobre o trabalho camponês/pequenos e médios agricultores — foram, sem dúvidas, momentos destacados da Assembleia. Sobre as duas últimas intervenções, aqui ficam breves extractos:

15 mil postos de trabalho destruídos

(...) Hoje, a realidade amarga do 24 de Abril voltou aos nossos campos: terras e barragens abandonadas, desemprego, instalações a degradarem-se, gado a morrer de fome e as obras do Alqueva paradas. Cerca de 15 mil postos de trabalho foram destruídos, a miséria e a fome regressaram aos lares de muitos trabalhadores. Este é o «grande milagre»

2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Avis

«Estamos confiantes!»

«Estamos confiantes que o desenvolvimento da luta de massas derrubará também este Governo dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, da repressão, do desemprego, da fome, da miséria e fiel servidor do imperialismo. A legalidade democrática será reposta. As terras, as máquinas, os gados e outros bens roubados aos trabalhadores voltarão às suas mãos».

Este breve extracto do Relatório Político, lido pelo camarada António Laranjo, membro da Comissão Concelhia do Partido, sintetiza o espírito de luta e confiança que animou do princípio ao fim os trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Avis do PCP, realizada no último sábado na Casa do Povo da conhecida vila alentejana. Entre os participantes encontrava-se o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, que discursou no comício de encerramento da Assembleia.

Tendo como lema **Reforçar o Partido, Defender a Reforma Agrária, Continuar Abril**, a Assembleia proporcionou a análise e o debate das principais tarefas que se colocam à população do concelho e à vida orgânica do PCP, e eleger a nova Comissão Concelhia, que logo na sua primeira reunião elegeu os seus organismos executivos. Fazem parte da CC, eleita por unanimidade, 13 operários agrícolas, 10 operários industriais, 2 técnicos, 2 empregados, um trabalhador do sector dos «diversos» e um camponês. A média etária é de 38 anos. A nova CC inclui seis mulheres, entre as quais duas jovens operárias de 20 anos.

Além das comunicações apresentadas por camaradas de diferentes organismos e frentes de trabalho, a Assembleia, que contou com a entu-

siástica participação de mulheres, destacou três documentos fundamentais, que mereceram a atenção especial dos cerca de 300 delegados presentes: o **balanço da Comissão Concelhia cessante sobre a organização do Partido no concelho, as conclusões do Relatório sobre Organização e Plano de Actividades para 1984 e o Relatório Político** a que já aludimos.

Depois de uma breve nota introdutória, em que se salientam as «grandes e poderosas lutas de massas aqui no nosso concelho, em defesa da Reforma Agrária e das outras conquistas do 25 de Abril», nomeadamente desde a realização da 1.ª Assembleia (já lá vão quase seis anos), o balanço da Comissão Concelhia, apresentado pelo camarada José Luís, operário agrícola e membro do Comité Central do

Partido, faz uma caracterização social e política do concelho, apontando depois aspectos da evolução da organização do Partido, da sua estrutura orgânica (trabalho da Comissão Concelhia cessante, das Comissões de Freguesia, das células e núcleos e de outros organismos) dos fundos e da situação financeira, da imprensa do Partido e Centros de Trabalho. Outros capítulos do documento: o **Partido, a JCP, e a juventude no concelho**, Pioneiros, Reforma Agrária, situação sindical, mulheres autárquicas, camponeses, pequenos e médios comerciantes e industriais, reformados, temas estes abordados na perspectiva da acção e da participação dos militantes comunistas nesses sectores.

Nas conclusões do Relatório sobre a Organização do Partido e Plano de Actividades apontam-se no essencial as tarefas específicas e as directrizes a empreender desde já no sentido do melhoramento da acção do Partido e do seu reforço orgânico. Três exemplos apenas: a Assembleia considerou possível e necessário o recrutamento de mais 68 novos camaradas distribuídos por todas as freguesias até ao fim do ano (Aldeia Velha até já ultrapassou a sua meta), a realização das primeira Assembléias em todas as freguesias e em várias células (CM, Cooperativa 1.ª de Maio, Cooperativa 29 de Julho, Martins e Rebelo, entre outras) e o aumento significativo da difu-

são e venda da imprensa do Partido (a organização concelhia tem capacidades para vender 300 exemplares do «Avante!», aumentando 66%, e 100 «Militantes», aumentando 100%).

Antes e depois da ofensiva

Por seu turno, o Relatório Político traça uma panorâmica recheada de informação (factos e números) e análise circunstanciada da situação no concelho de Avis antes e depois do início da ofensiva contra a Reforma Agrária. Aqui ficam algumas passagens bem significativas:

(...) «Em 13 de Fevereiro de 1975, quase 10 meses depois do 25 de Abril, estavam constituídas 6 UCPs/Cooperativas no concelho. A Reforma Agrária, velha aspiração do proletariado rural do Sul, passou a ser uma realidade. Acabou o desemprego, deixou-se de andar com o avio às costas. Melhoraram as condições de vida dos trabalhadores. O comércio passou a vender mais do que vendia e a pronto pagamento.

Com o seu trabalho criador os trabalhadores puseram a produzir terras que há anos e anos estavam abandonadas, aumentando a produção, o parque de máquinas e alfaias agrícolas e os efectivos pecuários. Foram criados lares para a terceira idade e creches, sustentadas pelas UCPs/Cooperativas, abertas a todas as crianças do concelho onde os seus

«Avis tornou-se um símbolo e uma prova da capacidade dos trabalhadores para realizarem as mais complexas tarefas na economia, no desenvolvimento agrícola, no melhoramento das condições de vida do nosso povo, na solução dos problemas nacionais. E não apenas em Portugal, Avis é hoje conhecida. É também conhecida em muitas partes do Mundo. É conhecida pela Reforma Agrária, pela luta dos trabalhadores, pelas suas cooperativas e particularmente pela grande cooperativa que é a 1.ª de Portugal — afirmou o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, no comício de encerramento da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Avis do PCP, realizado no largo do Centro do Trabalho. Durante a sua intervenção, ouvida atentamente por numerosa assistência, o dirigente comunista salientou o êxito da Assembleia (exemplo da ligação do Partido aos problemas das populações), o prestígio do PCP no concelho e a luta em defesa da Reforma Agrária.

Deu também uma breve panorâmica da actual situação política e social que se vive no País e na região, apontando as consequências da acção do Governo PS/PSD. A luta popular de massas, a unidade dos democratas e as propostas dos comunistas para a superação dos graves problemas nacionais, foram temas em foco no discurso do secretário-geral do PCP.

«Portugal de Abril», sublinhou, «irá para a frente com a Reforma Agrária, com as nacionalizações, com os direitos dos trabalhadores». Ainda sobre os trabalhos da Assembleia, Álvaro Cunhal destacou três questões centrais: o significado para a vida no concelho da Reforma Agrária, do Poder Local democrático e do PCP.

«Quando da realização da nossa 1.ª Assembleia, em 30 de Julho de 1978, já com uma organização concelhia de 1100 membros do Partido e uma razoável estrutura orgânica, estavam constituídas 9 UCPs/Cooperativas com uma área total de 40 000 hectares dos 60 000, que há no concelho, onde trabalhavam 1500 trabalhadores (...)

Seis anos depois da 1.ª Assembleia: (...)

«As brutalidades com



Álvaro Cunhal: O PCP avança uma política e trabalha para a realizar

«A Assembleia mostrou que, no distrito de Beja, a organização do Partido e os seus militantes estão na vanguarda não apenas da oposição à política do Governo, mas na vanguarda do trabalho criativo, do trabalho aplicado para a solução dos problemas e da luta, dos interesses do povo, dos interesses do País. Não é o nosso Partido um partido que só luta contra uma política. É um partido que avança uma política e trabalha para a realizar» — sublinhou o camarada Álvaro Cunhal na sessão pública de encerramento da Assembleia, já ao fim da tarde, com o salão dos Bombeiros Voluntários repleto duma numerosa assistência em pé.

Intervindo após a camarada Dina, suplente da Comissão Política, que expôs as conclusões fundamentais da assembleia, o secretário-geral do PCP dedicou também parte significativa do seu discurso à realização e importância da iniciativa dos comunistas de Beja, caracterizando-a como uma magnífica realização da poderosa força do Partido no distrito, onde haviam sido tratados os problemas fundamentais das populações.

Álvaro Cunhal recordou, tal como fez a Assembleia, as grandes tradições de luta do Alentejo e deste distrito, tradições que, como referiu, vêm de longe ao longo da História e que foram marcadas por uma luta heróica contra a ditadura fascista, tradições de luta que tiveram ponto alto na realização da Reforma Agrária depois do 25 de Abril, tradições que continuam hoje na intensa e difícil luta em defesa de Abril, em defesa da Reforma

Agrária, dos direitos dos trabalhadores e de todo o povo, da democracia e da liberdade.

Tradições que, apontou o dirigente comunista, se projectam para o futuro, com a confiança inabalável em derrotar a reacção, no êxito da luta pela demissão do Governo PS/PPD e em levar por diante o Portugal de Abril.

«As tradições do passado», acrescentou, «devem-nos servir de estímulo para o presente, mas de nenhuma forma o nosso Partido é um partido que olhe o passado sem olhar para o futuro. E bem prova disso é a Comissão Distrital que acaba de ser eleita. (...) De 51 membros propostos e eleitos apenas 10 eram do Partido antes do 25 de Abril. Isto indica que, a par daqueles que combateram o fascismo, há novas gerações de militantes que vieram depois do 25 de Abril e que mostraram nas novas condições do Portugal de Abril a sua coragem, a sua militância, o seu espírito revolucionário e que intervieram nas grandes transformações democráticas e em primeiro lugar na Reforma Agrária».

Mais adiante, o secretário-geral do PCP referiu que a Assembleia, nas riquíssimas e documentadas intervenções dos delegados e na Resolução Política aprovada, mostrou bem o que significa a Revolução para o nosso povo: as liberdades, a Reforma Agrária, a liquidação dos monopólios, a melhoria das condições de vida, o Poder Local democrático. Por outro lado, dizia, a Assembleia mostrou também com clareza o verdadeiro desastre que representa para o povo e para o País a ofensiva do Governo PS/PSD no prosseguimento

da política da defunta «AD».

Depois de salientar que a questão da demissão do Governo de Mário Soares e Mota Pinto e a formação de um novo Governo com uma nova política é hoje a questão central da vida portuguesa, perguntou quem pode estar de acordo com a acção e as consequências da política do Governo PS/PPD. Só os agrários, os grandes capitalistas, o imperialismo podem estar de acordo!

A grande maioria da população não aceita — concluiu — uma política que permite salários em atraso para 150 mil trabalhadores, despedimentos e desemprego, aumento galopante do custo de vida, carências que se multiplicam em áreas como o ensino, a saúde, a assistência social, etc.

Durante a sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal avançou os aspectos mais determinantes da actual situação política, nomeadamente ao nível da acção do Governo por um lado e da luta de massas, por outro, tendo recordado igualmente as propostas do PCP para a resolução dos graves problemas nacionais.

Comentou a forma como decorreu a Assembleia dos comunistas de Beja, que trataram todos os temas da vida do distrito, e a determinação dos trabalhadores e da população na luta pela defesa e desenvolvimento da Reforma Agrária. A terminar salientou a necessidade de reforçar em todo o País a participação dos militantes comunistas na batalha do esclarecimento e da mobilização das massas para que a luta popular seja cada vez mais vasta, mais forte, mais confiante.



Durante o comício de encerramento da Assembleia dos comunistas de Avis

«Os roubos de cabeças de gado às UCPs/Cooperativas, que na maior parte dos casos foram vendidas ao desbarato ou deixadas morrer à fome e o roubo de instalações pecuárias, reduziram os efectivos pecuários do concelho e são necessários muitos anos, mesmo com boas reproduções, para que se consigam alcançar as quantidades que existiam.

«As máquinas e alfaias agrícolas roubadas às UCPs/Cooperativas, na maior parte dos casos, estão paradas ou subarrendadas, bloqueiam e sabotam o desenvolvimento da produção agrícola.

Os milhares de contos que o Estado deve da cortiça e outros bens às UCPs/Cooperativas e a pretensão de aplicar penhoras sem o acerto de contas também faz parte da política de repressão desses governos.

«Roubos ilegais de terras às UCPs/Cooperativas atribuídas como reservas aos agrários absentistas e seus familiares, os leilões de terras para serem entregues na maioria dos casos a falsos agricultores, reduziram a área das UCPs/Cooperativas no concelho em 1993 ha de terra e 582 postos de trabalho. A maioria desses hectares de terra roubados às UCPs/Cooperativas, onde se produziam riqueza, estão actualmente abandonadas ou subarrendadas.

Nos 4000 ha roubados à UCP/Cooperativa «29 de Julho» trabalham 13 trabalhadores enquanto nos 3978 ha que ainda restam a esta UCP/Cooperativa trabalham 135 trabalhadores. Nos 7000 ha roubados à UCP/Cooperativa «Unidade do Ervedal» trabalham 4 trabalhadores enquanto que nos 800 ha que ainda restam à Cooperativa trabalham 11.

Na herdade do Chafariz com 7000 ha trabalham 4 trabalhadores, em 1978 trabalhavam 30.

Ervedal: objectivo concretizado!

Após o comício de encerramento da Assembleia de Avis, o camarada Álvaro Cunhal deslocou-se ao Ervedal para visitar o novo Centro de Trabalho do Partido ali em funcionamento. Delegados comunistas da freguesia que tinham participado na Assembleia Concelhia de Avis e outros camaradas e amigos da terra juntaram-se, então, no CT, para um encontro com o secretário-geral do Partido, que decorreu numa atmosfera de alegria contagiante, entusiasmo e emoção patente em muitos rostos de homens e mulheres do Ervedal.

Nas palavras que então pro-

feriu, após a visita às instalações, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou a importância desta casa do Partido para a luta e para o reforço da organização e também o empenhamento dos militantes comunistas e de outros amigos do Partido na concretização da obra.

Foram palavras de amizade e de confiança, sublinhadas pelo calor da fraternidade vivida naqueles momentos, que assinalaram (finalmente) um objectivo há muito sentido pelos comunistas do Ervedal: a visita do secretário-geral do PCP ao novo Centro.

Um CT que, como disse a



Com os camaradas do Ervedal depois da Assembleia de Avis

12 mulheres tractoristas

(...) As mulheres têm tido um papel activo no nosso concelho. Pensamos que o facto de haver 12 mulheres tractoristas nas UCPs/Cooperativas significa um avanço positivo nos condicionalismos que ainda se fazem sentir noutros lados no que respeita às nossas corajosas companheiras de luta. Sentimo-nos orgulhosos por termos conseguido vencer já alguns preconceitos em relação à mulher e ao seu papel na sociedade e na produção (...)

(2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Avis, 17 de Março de 1984)

Trabalhadores

A luta é o caminho necessário

Nova confirmação na Sorefame

«O facto de a luta dos trabalhadores da Sorefame já ter conduzido a que a administração da empresa pagasse uma parte dos salários em atraso é uma nova confirmação de que a luta é, em toda a parte, o caminho necessário para fazer recuar o Governo e impor o respeito pelas aspirações populares e pelos interesses nacionais». No caso aqui referido (na semana passada, mesmo os órgãos de comunicação social mais renitentes a dar algum espaço a questões de primeiro plano, como são os salá-

rios em atraso e a contratação colectiva, foram obrigados a pô-los em foco) a justificação da luta a que o nosso Partido deu relevo, designadamente através de uma nota da SIP, que acabámos de citar, continuou a ter reflexos concretos dentro e fora da empresa, apesar de se manterem ainda anteontem os motivos centrais que conduziram à manifestação dos trabalhadores e à carga policial do dia 14 na Avenida da Liberdade em Lisboa.

As fotos que publicamos nesta página, os depoimentos

recolhidos por alguma imprensa diária, pela rádio e pela própria televisão, mostram que não se fala em vão quando se acusa o Governo pelo «recrudescimento de brutais acções repressivas» que, como sublinha a SIP do PCP, constituem «um atestado de fraqueza e isolamento» do Governo PS/PSD e «prenunciam a sua derrota».

Falta autoridade

Falta autoridade e credibilidade a governos destes para

invocarem o «respeito pela legalidade». Quando se permite e mesmo se estimula o aumento das dívidas salariais, quando se autoriza que empresas dependentes de organismos oficiais sirvam de péssimo exemplo aos violadores da legalidade nas outras empresas, as posições divulgadas pelo Conselho de Ministros e ouvidas na Assembleia da República só podem servir de estímulo ao recrudescer da luta e ao desprezo não pela lei, mas pelos que a aplicam da forma que se vê no sector empresarial do Estado, na Reforma Agrária, nas atitudes contra as liberdades sindicais.

A «autoridade» deste Governo exerce-se contra a própria legislação democrática. Nada melhor para desacreditá-la do que usar a violência e a repressão, quando os trabalhadores e as suas organizações representativas propõem a negociação e o diálogo, quando se vêem obrigados a recorrer à luta como única via deixada ao seu alcance para a defesa de direitos, garantias e interesses legais.

O caso da Sorefame, como anteriormente o da Ponte 25 de Abril e outros exemplos numerosos do uso da força por parte da coligação no Governo, são demonstrativos da falta de autoridade, do seu «desvio» por assim dizer «espectacular». Os meios autoritários ao dispor do Executivo são utilizados com grande aparato e dano sobre trabalhadores com salários por receber, em manifestações ordeiras, enquanto as desordens, o terrorismo a tranquilidade e a segurança nas ruas passam para segundo plano nas declarações e nos actos do Governo.

Propósitos e ameaças de ministros como Eduardo Perei-



21,6 milhões de contos é o total da dívida dos salários, segundo o próprio Ministério do Trabalho reconhece: motivo mais que suficiente para todas as formas de luta adoptadas até agora (na foto, o desfile da Sorefame no dia 14 em Lisboa, pouco antes da carga policial com vários feridos, um com gravidade). Motivo também para mais uma intervenção da CGTP-IN, que anteontem de manhã anunciou a apresentação de uma queixa-crime contra o ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo (PPD) e o Inspector-Geral do Trabalho, com fundamento no artigo 432 do Código Penal, bem como outra queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT) por «violação de diversas convenções ratificadas por Portugal».

ra, dito responsável pela Administração Interna, não evitam que a solidariedade se manifeste perante as formas adequadas de luta na Sorefame. O núcleo de trabalhadores do PS na Companhia de Seguros Tranquilidade, ao protestar contra a carga policial na Avenida da Liberdade, é típico do estado de espírito e da determinação solidária dos que

vêm este Governo fugir aos seus primeiros deveres para com aqueles que trabalham e não querem ser submetidos a razões violentas, quando se trata de reivindicar coisas tão elementares como o pagamento dos salários ao fim do mês.

Razões sólidas no entanto devem assistir a este Governo para se voltar para as polícias em casos destes. A verdade é

que outra via não resta a uma política desastrosa, isolada dos interesses populares. Isoladas do povo, como referiu oportunamente a SIP do PCP, as esperanças governamentais concentram-se na repressão, na violência, nas atitudes intimidativas e na provocação.

As posições entretanto assumidas pelo movimento sindical unitário, por organizações re-

presentativas de trabalhadores em empresas sem salários, por forças democráticas, no reforço da solidariedade para com as reivindicações da Sorefame constituíram, de forma organizada e eficaz, a melhor resposta à violência ordenada pelo Governo, servindo mais uma vez de prova objectiva da necessidade inescusável de prosseguir a luta e vencer.



A Sorefame não é longe disso caso único. A forma de repressão documentada na foto também não. Mas a situação da grande empresa da Amadora generaliza-se. Abrange agora empresas que não chegam a empregar 300 trabalhadores e que dependem (no papel, pelo menos) da iniciativa privada. A Jotocar e uma delas. Através de um contrato de viabilização, os administradores receberam recentemente 45 mil contos da Secretaria de Estado do Emprego. A soma deveria garantir todos os postos de trabalho e criar mais dezasseis. Pois, mas dezenas de trabalhadores dessa fábrica de colchões de molas (Vila Nova de Gaia) abandonaram a empresa por falta de pagamento de salários. Enquanto 37 mil daqueles 45 mil contos continuam no banco, os patrões prepararam-se para aplicar o «lay off» e pretendem despedir para já 47 trabalhadores. O Governo entrega o dinheiro, mas não fiscaliza a sua aplicação. E mais fácil mandar a polícia. Não é, no entanto, essa a perspectiva de quem trabalha. A tentativa da Jotocar, como na Sorefame, os trabalhadores, e designadamente os metalúrgicos, não cruzam os braços. Opõem a luta, a unidade, a organização.

Função Pública

Contra o emprego precário

Pela negociação e os salários

- Sábado no Barreiro: Encontro das IPSS
- Dia 7: Encontro Nacional

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que comemorou recentemente com várias iniciativas os oito anos da sua fundação, continua a reclamar a negociação das 12 Medidas propostas ao Governo em meados do ano passado.

Dessa proposta global, apoiada pela Federação do sector e pelas 30 organizações sindicais que constituem a Frente Comum, destacam-se a revisão do pacote legislativo, a revogação dos seus «diplomas mais gravosos» (Estatuto Disciplinar e Excedentes), a questão candente das carreiras e o direito à estabilidade do emprego. Sobre esta última questão efectua-se no próximo dia 7, no Teatro Aberto em Lisboa, um Encontro Nacional promovido pela Federação, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Sexta-feira da semana passada a Federação

Nacional do sector adiantava que deverão participar naquela iniciativa «cerca de quatro centenas de dirigentes, delegados, activistas, juristas e técnicos sindicais das organizações promotoras e de outros sindicatos representativos de trabalhadores da função pública». Uma das questões em destaque será a «negociação do regime de vínculos que ligam os TFP à Administração». Um outro Encontro no sector — o II a nível nacional — dos trabalhadores das IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social) continua marcado para depois de amanhã, 24, nos Penicheiros (Largo Catarina Eufémia, no Barreiro).

Salários em atraso

Em Encontro das IPSS interessa a alguns milhares de trabalhadores, sobretudo mulheres, empregadas, com vínculo mais que precário, com salários em atraso e geralmente sem qualquer garantia de emprego, em infantários, lares para a terceira idade, asilos, «centros de dia» e outras instituições que, embora de carácter privado, estão integradas nos Centros Regionais de Segurança Social. Os contratos a prazo, os despedimentos e o pagamento atrasado dos ordenados são muito frequentes no sector, cujos trabalhadores estão abrangidos pelos sindicatos da função pública.

Para além de diligências repetidas junto da Secretaria de Estado da Segurança Social (para dia 20 estava prevista uma reunião do Sindicato em Lisboa com o chefe de gabinete

de daquele membro do Governo) a fim de resolver os casos mais urgentes, a realização do Encontro do próximo sábado no Barreiro (o I Encontro das IPSS foi em 7 de Maio do ano passado, um Estatuto/Proposta aí aprovado e entregue ao Governo em princípios de Junho seguinte, tem deparado até agora com a recusa de negociação do lado governamental) realizaram-se desde o I Encontro dezenas de reuniões nos locais de trabalho, uma manifestação, uma vigília de três dias e outras formas de luta. «O máximo que conseguimos, de concreto», afirma a Frente Sindical dos Trabalhadores das IPSS, «foram ambíguas informações de que "o problema não estava esquecido"».

Nun apelado à participação no Encontro do Barreiro, a Frente reafirma que é indispensável lutar pelo Estatuto, nomeadamente para:

- Actualização anual das tabelas de vencimentos, de acordo com a Função Pública;
- Pagamento dos salários em atraso;
- Atribuição do subsídio de refeição;
- Reestruturação de muitas carreiras, por forma a equiparar-las à Função Pública, nomeadamente as do pessoal auxiliar;
- Estabelecimento de horários uniformes que não excedam em tempo os praticados na FP;
- Criação de mecanismos legais que garantam a possibilidade de se faltar sem necessidade de «pedir favores» seja a quem for;
- Implementação sólida dos direitos sindicais e de outros direitos laborais de fundamental importância.

Recusa do «pacote»

Em 1 do corrente entraram em vigor os diplomas do «pacote Almeida Santos», como é conhecido entre os TFP a série de decretos-leis que designam por lay off da Função Pública e

que, segundo a designação oficial abarcam questões como «gestão provisional, mobilidade e descongostamento; recrutamento e selecção; extinção do quadro geral de adidos; constituição de excedentes na Função Pública; e incentivos à fixação ou deslocação para a periferia».

Quando os diplomas estavam em preparação, e logo que saíram no Suplemento ao «Diário da República» de 6 de Fevereiro findo, a Federação Nacional do sector manteve o seu protesto contra o teor dessa legislação e reafirmou que, no seu conjunto, longe de contribuir para resolver «os graves problemas que afectam os trabalhadores e a Administração Pública» esses diplomas «vieram agravar a já manifesta instabilidade e precariedade de emprego dos TFP».

Em 16 de Janeiro saíra já a primeira peça do «pacote». Um denominado «Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local» alterava o Decreto-Lei 191-D/79, de 25 de Junho. Os sindicatos desmentiam imediatamente que tivessem participado na elaboração do novo Estatuto e sublinhavam o facto de o mesmo representar «um claro retrocesso em relação ao anterior». Numa carta ao Presidente da República a Federação solicitava «a declaração da inconstitucionalidade formal e orgânica dos diplomas até agora aprovados pelo Governo». Por outro lado, intervinha junto dos grupos parlamentares no sentido de a nova legislação ser chamada a debate e ratificação pela Assembleia da República.

No entanto, os diplomas entraram em vigor e a sua aplicação «trouxe já como consequência o despedimento de algumas centenas de trabalhadores em sectores como a saúde, educação e administração local». Ao aludir a esse facto a comissão organizadora do Encontro do próximo dia 7, sublinha que sendo aqueles trabalhadores «indis-

Médicos reúnem-se hoje em Coimbra

Os Sindicatos dos Médicos (Norte, Centro e Sul) anunciarão para hoje em Coimbra uma reunião nacional. A direcção de Lisboa, que convocou uma conferência de imprensa, sublinha que a situação no campo da saúde está «prestes a atingir o ponto de ruptura». A reunião de Coimbra, com início marcado para as 10 horas e meia, efectua-se depois da audiência do dia 13 com o chefe de Gabinete do ministro da Saúde. Este, lembra o Sindicato do Sul, «pretende despedir em Outubro passado mais de 50 por cento dos então 4000 médicos policlinícos». Recuou, no entanto, «devido à luta desencadeada pelos sindicatos e comissões de curso». Além de «não mostrar intenção de alterar as suas propostas em relação aos médicos policlinícos» o ministro Gonetinha «pretende também despedir 2190 internos da especialidade» (são 3640 actual-

mente). Quanto aos 673 especialistas pretende reduzi-los em cerca de 200.

Os Sindicatos opõem-se a estas ameaças ministeriais. Na reunião de hoje em Coimbra, «além de muitos e graves problemas que se colocam noutras áreas», vão discutir «as formas de luta que irão inevitavelmente adoptar no sentido de impedir a concretização de tais designios».

Medicamentos aumentados em 100% e 160%

Para dar «uma ideia da gravidade da situação e do insuportável encarecimento dos remédios para a esmagadora maioria dos doentes», o departamento de informação da CGTP-IN emitia entretanto uma nota que inclui um quadro com 16 medicamentos de grande consumo. Em alguns deles, os doentes pagam desde 1 do corrente mais 100 por

cento (casos, entre outros, do «Buscopan» e do «Sedation») e 160 por cento (exemplos: o «Betalgil», o «Exodol», o «Optalidon», o «Pepsamar»).

O encarecimento, que a Inter designa por «aumentos brutais de preços», atinge «mais de 75 por cento dos medicamentos compatíveis pelo Estado», desde que «este Governo decidiu reduzir as comparticipações estatais nos escalões C e D para 50 e 35 por cento». Até ao princípio deste mês «eram de 75 e 60 por cento, respectivamente, para medicamentos nacionais e estrangeiros sem escalões».

A Central afirma que, com essa medida, o Governo, cuja substituição se apresenta como «exigência imperiosa», agrava ainda mais o custo de vida, degrada a situação sanitária dos trabalhadores, protege as multinacionais, provoca ainda mais desemprego e arruina a indústria nacional.



pensáveis ao bom funcionamento dos serviços, é a própria Administração que já está a criar antídotos contra esta praga legislativa do Governo». Assim, há trabalhadores que «estão a ser afastados dois ou três dias antes do fim do mês para serem imediatamente readmitidos no primeiro dia do mês seguinte».

Salienta a comissão: «O Governo fala de excedentes, mas é a prática a demonstrar que essa peregrina ideia é inequivocamente falsa. Em Portugal, cerca de 70 por cento dos trabalhadores da Administração Central estão

afectos aos ministérios da Saúde e da Educação, sectores claramente deficitários. Só não vê quem não quer, frisa a comissão. Todos os dias os jornais trazem notícias de escolas e hospitais que não funcionam ou funcionam de forma deficiente por falta de pessoal.»

Suster a ofensiva

Com o objectivo de «suster a ofensiva» do Governo e invertê-la negociando propostas para um reordenamento eficaz da FP, com a salvaguarda dos postos de trabalho e acerto es-

tável dos vínculos que ligam os TFP ao Estado, a Federação Nacional dos sindicatos do sector, além do Encontro sobre estabilidade de emprego, no âmbito das 12 Medidas há muito apresentadas, propõe a alteração ao Decreto-Lei 191-C/79 e nova estrutura de carreiras; ratificação pela Assembleia da República do «pacote Almeida Santos», e dos diplomas de vencimentos e subsídio de almoço; a revogação dos diplomas de excedentes e do Estatuto Disciplinar; diversificação e intensificação das formas de intervenção e luta sindical nas áreas e matérias mais sentidas por todos os TFP.

Diálogo sindical europeu

Promover consultas alheias à filiação

Seis centrais de sindicatos europeus, incluindo a CGTP-IN e a CGT francesa, depois de um Encontro Internacional em Lisboa, assinaram, quinta-feira da semana passada, uma declaração final em que decidem promover periodicamente «consultas mútuas», sem «distinção de filiação internacional ou regional».

Participaram no Encontro, para abrir «um espaço de diálogo sindical na Europa ocidental»: PEO de Chipre (Andreas Ziarlides, secretário-geral), Comissões Obreras de Espanha (Leonidas Montero, secretário confederal), CGT francesa

(Henri Krasucki, secretário-geral e Joannes Gelland, secretário para as relações internacionais), CGT grega (J. Theonas, secretário-adjunto de organização), USM de Mónaco (Charles Soccal, secretário-geral) e CGTP-IN (Armando Teixeira da Silva, coordenador da comissão executiva; José Luís Judas, membro da CE e responsável pelas relações internacionais e Augusto Silva, chefe do departamento internacional).

«Urge ultrapassar uma situação de blocos sindicais na Europa ocidental», lê-se no documento final do Encontro. Através de «consultas mútuas» é

preciso «estabelecer um espaço de diálogo sindical, amplo e flexível». Devem participar todas as organizações sindicais que desejem contribuir para ele. Segundo a declaração final do Encontro, é necessário derubar as barreiras «que impedem a unidade dos trabalhadores e a defesa dos seus interesses».

Ao analisar «a situação na Europa ocidental e a crise do capitalismo», o documento saído do Encontro, que durou dois dias (13 e 14), condena os governos que levam à prática «políticas económicas de austeridade de que os trabalhadores são as principais vítimas».

Internacional

Reagan convida Mitterrand para cruzada imperialista

O presidente francês, François Mitterrand, chega hoje aos Estados Unidos para uma visita oficial a que o presidente norte-americano deu uma importância muito especial. Adoptando um comportamento no mínimo vulgar, Ronald Reagan fez anteceder a chegada de Mitterrand por uma controversa entrevista à «France Press» em que afirmou o seu empenhamento em atrelar ainda mais a França à política agressiva da sua administração, designadamente no que se refere à América Central e à África.

«No que pretendeu ser uma resposta à entrevista que por seu turno Mitterrand concedeu à revista americana «Parade» e na qual o presidente da França realçou o desejo dos povos latino-americanos se libertarem de todo e qualquer «domínio económico» e apelou ao apoio dos países «capazes de ajudar», incluindo os que não se encontram na esfera do Ocidente, Reagan foi muito longe na definição do que entende poder contribuir para a atenuação dos «ligeiros desacordos» existentes entre Paris e Washington.

Numa linguagem que teve a particularidade de ser propositalmente explícita, Reagan fez notar a importância estratégica da América Central para os Estados Unidos e reafirmou a sua determinação de impedir que Cuba e Nicarágua exportem a revolução na região.

«Passando por cima das condenações internas e externas que a sua administração tem sofrido pela escalada armamentista e agressiva que leva a cabo na América Latina, Reagan retomou o palavreado do mais primário anticomunismo

mo afirmando que o que nós vemos no sul é uma prova de força conduzida por Cuba e pela União Soviética. E foi mais longe, dizendo que tal como um lobo errante, Cuba espregueira com olhos gulosos os seus vizinhos desejosos de paz!

A invasão de Granada, tão viva na memória de todos e tão marcante na vida de todo o continente americano que mesmo os tradicionais aliados de Washington subscreveram a condenação saída da cimeira de Quito recentemente realizada; o relatório Kissinger advogando o recurso da força para dominar os movimentos nacionalistas na América Central; os fabulosos orçamentos concedidos à contra-revolução nicaraguense e ao suporte do governo fantoche de El Salvador, só para citar os casos mais salientes, são para Reagan os caminhos da paz.

Caminhos que pretende rasgar com o auxílio da França, como deixou claro na sua interrogação ofensiva para todos os democratas franceses: **Porque é que os Estados Unidos e a França, duas das maiores democracias da História, não haviam de desejar ver triun-**

far a democracia na América Central?

Uma democracia, segundo Reagan, possível através de «eleições livres», como as que se preparam para o próximo domingo em El Salvador; tão livres que os Estados Unidos deslocaram para a região a maior concentração de tropas desde sempre; tão livres que se realizam num país onde a guerra dum povo pela sua libertação de um regime fantoche, corrupto e criminoso só ainda não terminou porque os Estados Unidos não querem perder a influência que detêm na região, como de resto se reconhece a todos os níveis da sociedade norte-americana.

É para o apoio a este conceito de democracia que o chefe da Casa Branca quer ganhar o presidente francês, justamente no momento em que se avolumam as ameaças de invasão da Nicarágua e de intervenção directa norte-americana em Salvador. Não falta sequer a preparação do cenário «justificativo» da necessidade de uma tal acção, como o revelam as notícias sensacionalistas divulgadas por Washington de que a zona das Caraíbas está a abarrotar de forças soviéticas... vindas sabe-se lá de onde, chegadas sabe-se lá quando e de que curiosamente só os americanos têm conhecimento em vésperas de mais uma farsa eleitoral salvadoreña, eles que há tanto tempo dispõem dos mais sofisticados meios de espionagem na região.

Mas estes mistérios que Reagan não explica servem à mil maravilhas para criar o ambiente propício à acção enérgica que os norte-americanos estão dispostos a levar a cabo contra os que se opõem à democracia e tentam actualmente perturbar, pela violência, as eleições de 25 de Março em Salvador, nas palavras do amigo americano de Mário Soares.

Uma questão importa no entanto colocar: porquê o empenhamento no apoio de Mitterrand à santa cruzada anticomunista?

A resposta é dada pelo próprio Reagan: pelas posições assumidas pela França no âmbito da NATO e pela política francesa em África, em particular no que respeita às relações neocolonialistas com as suas ex-colónias.

Uma ofensa ou uma recompensa?

Ao classificar como construtivo o papel desempenhado pela França em África, Reagan recordou à opinião pública internacional que existe um diálogo constante e franco entre Washington e Paris sobre as questões africanas, nomeadamente na ajuda que estaria a ser concedida aos países do continente africano para enfrentarem uma crise económica cada vez mais grave.

Lamentavelmente, o presidente dos Estados Unidos não explicou como é que as medi-

das proteccionistas que a sua administração tem vindo a tomar contribuem para a tal ajuda, ou como é que a redução de importações ajudam a superar crises, ou ainda em que medida é que a desvalorização das matérias-primas importadas vão resolver a crise económica dos países africanos.

Mas para que as dúvidas não subsistissem nos espíritos mais desatentos, Reagan achou por bem felicitar a França por ter tomado a direcção na assistência fornecida ao governo legítimo do Chade, para contrariar a agressão líbia.

A resposta do governo francês — disse — foi louvável e Reagan orgulha-se de estar associado à França nesse esforço de auxílio.

A clareza destas afirmações poderiam ser uma ofensa para um presidente socialista, mas face à desastrosa política externa de Mitterrand talvez este as considere como um elogio ou uma espécie de recompensa.

Que o «governo legítimo do Chade» tenha resultado de um golpe de Estado que derrubou um governo de unidade nacional, em relação ao qual a França não cumpriu acordos de cooperação em vigor, não tem para o chefe da Casa Branca qualquer importância; que o «governo legítimo» só se mantenha no poder devido à presença de tropas estrangeiras que o suportam — designadamente da França — é perfeitamente normal; que a ajuda

económica impeça qualquer desenvolvimento da economia e a miséria e a fome alastrem no Chade não tem qualquer importância, desde que o país se mantenha na órbita do imperialismo.

O que Reagan não entende é porque razão Mitterrand não segue a mesma política em relação à América Central e a outros países africanos, onde os conflitos sociais surgem como cogumelos deixando o imperialismo sem mãos a medir.

Se, como afirmou na sua citada entrevista à «France Press», o que os Estados Unidos e a França partilham melhor é o compromisso comum face à Aliança Atlântica, não é de admitir que a comunhão de interesses não se expanda na prática a outros sectores de intervenção.

Ou seja, como Reagan salientou, as forças americanas na Europa defendem interesses vitais para os Estados Unidos e não consta que a França o ignore, antes pelo contrário. O apoio dado à instalação de armas nucleares americanas é um exemplo elucidativo. A França também não ignora, quanto mais não seja porque Reagan o voltou agora a dizer claramente, que o velho cowboy se opõe à redução das forças americanas na Europa porque considera que isso não reduziria as ameaças que pesam sobre os interesses americanos, pelo contrário, aumentá-las-lam.

É de interesses americanos



que se fala, note-se, não de interesses europeus. De interesses que, no caso concreto, a França de Mitterrand apoia declaradamente, apesar de eles colidirem com os interesses nacionais e constituírem uma verdadeira ameaça para a paz... na Europa, em primeiro lugar.

Assim, colocadas as questões com toda a cruzeza, porque não exigir de Mitterrand o apoio inequívoco a toda a política do imperialismo, América Latina inclusive? A tomada de medidas concretas nesse sentido seriam apreciadas por Washington, sublinhou Reagan, em função da contribuição que podem levar à potência global e à coesão da Aliança Atlântica.

É um convite perigoso e um desafio, numa linguagem que

faz lembrar a propaganda nazi sobre o desejo de dominar o mundo. Tanto mais perigoso quando os Estados Unidos se arvoram já em defensores da Europa ocidental e tecem os meandros para envolver outros países desenvolvidos na sua política expansionista em todos os continentes.

Mitterrand tem vindo a perder terreno em França e em boa parte isso deve-se aos problemas internos que o seu governo não tem sabido resolver e à submissão ao imperialismo que tem presidido a sua política externa. Da resposta que dará em Washington ao apelo de Reagan dependerá muito o futuro político do seu governo, eleito com a esperança dos franceses numa promessa de democracia e socialismo que continua por cumprir.

Defesa da paz e dos interesses nacionais — uma mesma batalha

• O exemplo da RFA

Os factos testemunham, por todo o mundo — e aqui também em Portugal — a íntima ligação entre a defesa da paz, as posições assumidas contra a corrida aos armamentos e pelo desanuviamento político-militar, e a defesa dos interesses nacionais, a defesa da democracia.

No centro da Europa, na charneira entre o mundo capitalista e o mundo socialista, a RFA constitui disso um bom e esclarecedor exemplo, pesem embora as contradições e ambiguidades de posicionamento de algumas organizações políticas, nomeadamente da social-democracia.

Durante uma recente visita de uma delegação do SPD (sociais-democratas da RFA) à União Soviética, encabeçada pelo seu dirigente, Hans-Jochen Vogel, e que incluiu, no seu programa, contactos com o presidente soviético Konstantin Tchernomir, o dirigente soviético destacou: «A URSS e a RFA poderiam cooperar frutiferamente tanto nos assuntos económicos como nos políticos». Contudo, «não podemos deixar de ter em conta o facto da transformação da RFA numa praça de armas avançada dos Estados Unidos constitui uma ameaça real para a segurança da URSS e dos seus aliados da qual tiraremos as respectivas lições».

O dirigente dos sociais-democratas alemães pronunciou-se, por sua vez, pela consolidação do desanuviamento e da cooperação pacífica na Europa, contra a corrida às armas nucleares, pela igualdade no domínio da mútua segurança. Afirmou mesmo o seu acordo quanto à iniciativa do Tratado de Varsóvia sobre limitação e redução das despesas militares e a necessidade de novos impulsos com vista a conseguir «o termo das experiências nucleares, a desmilitarização do espaço cósmico e um entendimento mútuo sobre a renúncia à utilização da força» e a «eliminação das armas químicas, sobretudo na Europa».

As ambiguidades do SPD

As posições assumidas pelo dirigente social-democrata Vogel, na União Soviética, reflectem sem dúvida a sensível pressão da vontade expressa do povo da RFA. O que nem sempre acontece nas tomadas de posição por parte do SPD, resultante das ambiguidades do seu posicionamento político. Disso temos um exemplo recente.

Na sua sessão de 9 de Fevereiro, o Bundestag (parla-

mento da RFA), adoptou, com os votos dos democratas-cristãos, e também dos sociais-democratas, uma posição sobre as relações entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã que objectivamente põe em causa o Tratado sobre as bases das relações entre os dois Estados alemães, e entra em contradição com a própria realidade dos factos, que aponta como único caminho o respeito pela «independência e a soberania de ambos os Estados nas questões internas e externas» (como é referido no tratado em causa), e se coaduna com a consagração, na Acta Final de Helsínquia, dos resultados da Segunda Guerra Mundial e do posterior desenvolvimento político do quadro europeu do pós-guerra.

Esta tomada de posição do SPD no Bundestag não pode deixar de nos lembrar as declarações do secretário de Estado norte-americano, Schultz, na abertura da Conferência de Estocolmo, sobre o não reconhecimento, por parte dos EUA, da legitimidade da «divisão artificial imposta» à Europa...

Entretanto, no que respeita à luta pela paz e contra a corrida aos armamentos, as posições da social-democracia alemã, também expressas por Vogel em Moscovo, assumem um carácter diferente. No Congresso do SPD em Colónia, em Novembro de 83, a maioria esmagadora dos presentes votou contra a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos no país. O isolamento de Helmut Schmidt, vice-presidente do SPD — apoiado unicamente por 13 dos 422 delegados — não tem paralelo na história da social-democracia alemã. O que sem dúvida testemunha da grande pressão de massas, nomeadamente no plano sindical, da consciência popular, não só dos perigos que o imperialismo faz incorrer ao seu país — ameaçado,

quando o Pentágono assim o entender, de imediato extermínio total —, mas também de que está em causa a própria soberania nacional.

Movimento pela Paz

Um colóquio sobre os problemas do desarmamento e segurança europeia realizou-se recentemente em Francfort-sur-le-Main, organizado pelo Fundo Martin Niemöller (organização apoiada nomeadamente pelos sociais-democratas). Esse colóquio constitui uma das muitas iniciativas pela paz que regularmente se realizam na RFA, e em que as posições defendidas, heterogéneas embora, coincidem em questões básicas.

Hoje, na RFA, dirigentes do movimento pela Paz, colocam directamente a questão se o papel desempenhado pela RFA no seio da NATO é compatível com os seus interesses nacionais — pois na verdade esse papel cinge-se a uma clara submissão às variantes da política internacional decididas e ditadas em Washington. Exige-se o regresso à realidade existente na Europa antes do início da colocação dos novos mísseis norte-americanos, apoiem-se medidas para o restabelecimento da confiança, como o compromisso de não utilização, em primeiro lugar, da arma nuclear, ou a conclusão de um acordo de mútua não utilização da força nas relações entre os Estados da NATO e os do Tratado de Varsóvia, como foi proposto pela comunidade socialista.

No colóquio de Francfort-sur-le-Main, participaram representantes das mais diversas correntes políticas, incluindo um destacado militante da democracia-cristã (no poder), o professor Biedenkopf, que nos 70 foi secretário-geral e vice-presidente da democracia-cristã da RFA (actualmente o chanceler Kohl é o seu presidente), e embora hoje afastado da direcção do seu partido, foi recentemente eleito presidente de uma grande organização da democracia-cristã em Westphalia.

Biedenkopf afirmou no colóquio sobre desarmamento e segurança europeia que «a intimidação nuclear no quadro da NATO já não pode constituir base de consenso nacional», avançando ainda que o futuro



A luta pela paz, contra a agressiva política imperialista, pela defesa dos interesses nacionais, constituem um todo

da política e da estratégia oeste-alemãs não está no armamento nuclear mas na total libertação da RFA de armas nucleares.

O que testemunha da amplitude e do carácter nacional — no sentido de defesa dos interesses nacionais — que a luta pela paz hoje assume.

Comunistas na vanguarda da luta pela Paz

Quando da decisão do Bundestag de apoio à implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos em território da RFA, o Presidium do DKP (Partido Comunista Alemão) classificou tal decisão de anti-constitucional, «dirigida contra os elementares interesses nacionais e de paz do nosso povo», destacando igualmente o seu carácter antidemocrático e antipopular.

«Não vamos reconhecer nem aceitar esta decisão da coligação de direita no Bundestag, tomada contra a vontade maioritária do nosso povo. Negamos à maioria da direita no Bundestag a legitimidade de tomar tais decisões vitais menosprezando a vontade popular. Apelamos a todas as for-

ças interessadas na paz, a todo o povo trabalhador do nosso país a não aceitar a decisão do Bundestag e o estacionamento dos mísseis cuja instalação se está a iniciar».

Nesse sentido — e consciente do carácter abertamente antipopular de uma decisão que se impõe ao arripio da vontade expressa da maioria do povo da RFA — o DKP aponta como direcções de luta:

- A anulação do estacionamento dos mísseis
- Congelamento da produção, experiências com o estacionamento de quaisquer armas de destruição massiva (atómicas, químicas e biológicas), seu total afastamento da RFA
- Compromisso de não utilização em primeiro lugar da arma atómica e adesão a um pacto de não agressão e não utilização da força entre os países da NATO e do Tratado de Varsóvia
- Criação de uma zona livre de armas nucleares na Europa Central e abertura do caminho para uma Europa sem armas nucleares.

Uma posição que corresponde de facto à vontade de paz do povo oeste-alemão. E que simultaneamente constitui uma base para a defesa da paz e dos interesses nacionais.

General Seregni libertado no Uruguai

A libertação do general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla e símbolo da resistência do povo uruguaio contra a ditadura, foi saudada antenontem com manifestações de rua em Montevideo e em todo o Uruguai.

O general Seregni, condenado em Janeiro de 1976 a 14 anos de prisão — após ter sofrido outras penas de prisão em 1963 e 1974, acusado pela justiça militar de conspirar contra a Constituição e de incitar ao motim — passou os últimos oito anos na prisão de Montevideo nas mais duras condições, que afectaram seriamente a sua saúde.

Com 65 anos, Liber Seregni é o dirigente incontestado da coligação democrática que constitui a Frente Ampla, pela qual foi candidato à presidência da República do Uruguai em 1971. A sua libertação, apesar da censura que continua a vigorar no país, foi noticiada por toda a comunicação social.

Esta nova vitória das forças democráticas, como salientou a propósito o Partido Comunista do Uruguai, representa um marco histórico na longa luta do povo contra a ditadura.

SUDÃO

Provocação à Líbia para salvar Numeiry?

Quando nos princípios deste mês o vice-presidente sudanês Mohamed Tayeb afirmou, no regresso de uma viagem aos Estados Unidos, que a administração Reagan ia criar uma ponte aérea para o fornecimento de armas ao Sudão, portavozes do Pentágono qualificaram tais informações de «prematuras».

O Pentágono tinha razão. Como tantas vezes tem sucedido, as notícias sobre futuras acções bélicas norte-americanas foram divulgadas antes de tempo, ou seja, antes de estar completo o cenário destinado a justificá-las.

As acções de guerrilha no sul do Sudão — que envolvem inclusivamente membros das forças armadas sudanesas descontentes com o regime de Numeiry — não constituem uma novidade nem bastam como justificação. Havia que juntar outro ingrediente de peso. Ora isso só viria a suceder na sexta-feira, quando Cartum informou que uma cidade limítrofe da capital — Undurman — havia sido bombardeada por um avião desconhecido, provocando cinco mortos.

A qualificação de «desconhecido» foi rapidamente substituída por avião líbio e as acusações à Líbia, à Etiópia e ao «perigo comunista» em geral não se fizeram esperar.

Como sempre sucede quando sente o seu regime periclitante, o presidente do Sudão apelou para o Egipto com quem tem um tratado de defesa comum, os Estados Unidos foram alertados para o «grave atentado líbio» e os célebres aviões-radar AWAC's num instante ficaram prontos para seguir para a base aérea americana situada no sul do Egipto, perto do Sudão.

As declarações americano-egípcio-sudanesas de empenhamento na defesa comum do Sudão multiplicaram-se, e o Sudão chegou mesmo ao ponto de pedir uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas para estudar a «agressão líbia».

O esquema montado, lesado pelo anúncio prematuro da ponte aérea Estados Unidos-Sudão, tem a particularidade de ser a reprodução quase completa de um outro ensaiado em Fevereiro do ano passado, quando os Estados Unidos pretenderam levar a Líbia a invadir o Sudão criando as condições para uma posterior invasão do território líbio. Por incrível que pareça, o plano foi na altura denunciado pela própria imprensa norte-americana e tudo ficou em projectos. Já então os AWAC's — aviões equipados com sistemas de radar com um alcance de 360 Km — foram enviados para o Egipto, regressando no entanto rapidamente «a casa» devido ao falhanço do plano.

O que poderá ter levado a administração Reagan e o Egipto a repetir tão grosseira provocação, alargada desta vez à Etiópia e à União Soviética, acusadas de estarem a apoiar as forças populares que combatem o regime?

Em primeiro lugar, a própria situação interna no Sudão, onde os problemas económicos assumem proporções de extrema gravidade, agravada recentemente com a decisão do presidente Numeiry de impor a lei islâmica a todo o país sem distinção de religiões, apesar do sul ser maioritariamente animista e cristão.

Em segundo lugar, a possi-

bilidade de Reagan pretender com uma acção tipo Granada minimizar a derrota da sua política no Líbano, tendo como alvo a Líbia numa altura em que a região já se encontra dividida com a guerra no Chade.

Os interesses económicos em presença no Sudão não podem igualmente ser esquecidos. Recorde-se que desde os finais do ano passado uma empresa francesa de construções internacionais foi forçada, devido aos constantes atentados, a paralisar os trabalhos de construção do canal de Jonglei destinado a aumentar o fornecimento de água ao norte do Sudão e ao Egipto. Já este ano, em Fevereiro, o mesmo sucedeu à companhia petrolífera americana Chevron, que em 1980 descobriu petróleo no sul do país e estava a construir um oleoduto para levar o petróleo para uma refinaria no norte.

Se se somarem todos estes elementos com a desastrosa política de Numeiry, que em meados do ano passado decidiu dividir o sul em três regiões autónomas, contrariando assim os acordos de 1972 assinados em Adis-Abeba e segundo os quais o sul do Sudão constitui uma região autónoma única, chega-se a uma situação explosiva que as várias forças em presença procuram canalizar em proveito próprio.

De um lado a luta interna sudanesa contra um regime repressivo e contra as discriminações económicas entre o norte e o sul; de outro lado, os interesses do imperialismo a quem incomoda a existência de regimes como o da Líbia e o da Etiópia.

O problema que se coloca de momento é de saber qual destas duas forças sairá vitoriosa do confronto.